



RENDA E ESCOLHAS ALIMENTARES: A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E HÁBITOS ALIMENTARES

Crislaine Tavares Saraiva¹

Raquel Fernanda Pardo¹

Michelly Silva Lopes Rocha¹

Jessica Lima de Melo¹

Dercília Gomes Ferreira¹

Simone dos Anjos Caivano²

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre educação financeira e escolhas alimentares em contextos de insegurança alimentar. Utilizando uma metodologia qualitativa, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente de artigos acadêmicos, livros e relatórios, com o objetivo de analisar o impacto da gestão financeira familiar sobre a segurança alimentar e nutricional. Os resultados revelaram que a educação financeira pode melhorar significativamente as escolhas alimentares, especialmente em populações de baixa renda, permitindo um uso mais eficiente dos recursos para a compra de alimentos mais nutritivos. Conclui-se que a integração entre programas de educação financeira e políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional é essencial para mitigar os efeitos da insegurança alimentar e promover uma alimentação saudável. A pesquisa sugere a ampliação de políticas públicas que fortaleçam essa integração, especialmente em comunidades vulneráveis.

Palavra-chave: Renda. Saúde pública. Alimentação saudável. Educação alimentar e nutricional.



INCOME AND FOOD CHOICES: THE RELATIONSHIP BETWEEN FINANCIAL EDUCATION AND EATING HABITS

ABSTRACT

This study investigates the relationship between financial education and food choices in contexts of food insecurity. Using a qualitative methodology, a comprehensive literature review of academic articles, books, and reports was conducted with the aim of analyzing the impact of household financial management on food security. The results revealed that financial education can significantly improve food choices, especially in low-income populations, allowing a more efficient use of resources for the purchase of more nutritious foods. It is concluded that the integration between financial education programs and public policies aimed at food security is essential to mitigate the effects of food insecurity and promote healthy eating. The research suggests the expansion of public policies that strengthen this integration, especially in vulnerable communities.

Keyword: Income. Public health. Healthy eating. Food and nutrition education.



1. INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional (SAN) é uma questão central nas políticas públicas, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. A crescente desigualdade socioeconômica dificulta o acesso da população de baixa renda a uma alimentação saudável e equilibrada, o que gera um cenário crítico de insegurança alimentar e nutricional (IAN). A IAN não se restringe à escassez de alimentos, mas envolve também a qualidade dos alimentos disponíveis e a capacidade das famílias de adquiri-los regularmente. A intersecção entre alimentação, educação e renda revela a complexidade dessa problemática, exigindo abordagens integradas para mitigar seus efeitos e promover a saúde da população (SANTOS, 2005; MONTEIRO et al., 2013).

No Brasil, o consumo de alimentos ultraprocessados, com altos teores de açúcar, gorduras saturadas e sódio, tem substituído progressivamente a alimentação tradicional, baseada em produtos frescos e naturais. Essa transição nutricional é impulsionada, em grande parte, pela acessibilidade econômica desses alimentos, que, embora de menor valor nutricional, são mais baratos e fáceis de adquirir, especialmente para famílias de baixa renda. Essa realidade agrava a incidência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes, hipertensão e obesidade, pressionando ainda mais os sistemas de saúde pública (MONTEIRO et al., 2013; POPKIN, 2014).

Nesse contexto, a educação financeira (EF) desponta como uma ferramenta relevante para promover a segurança alimentar. A capacidade de gerenciar recursos financeiros de forma eficiente pode permitir às famílias alocar parte de seu orçamento para a compra de alimentos mais saudáveis, mesmo em situações de restrição econômica. Além disso, a EF voltada para jovens e adultos pode ser um instrumento eficaz para transformar hábitos alimentares e promover escolhas mais conscientes e equilibradas (ANDRADE et al., 2021). A integração entre EF e educação alimentar e nutricional (EAN) tem o potencial de fortalecer as políticas públicas de SAN, o que possibilita uma abordagem multidimensional que considera tanto o poder aquisitivo quanto o acesso a alimentos de qualidade (CARMAN; ZAMARRO, 2016).

No entanto, a implementação dessa integração ainda enfrenta desafios consideráveis. A falta de conhecimento sobre gestão financeira contribui para escolhas



alimentares inadequadas, que impactam diretamente a saúde pública e aumentam os índices de insegurança alimentar. Portanto, este trabalho visa explorar as interações entre EF e escolhas alimentares, propondo soluções que possam ser incorporadas em políticas públicas para garantir o acesso a uma alimentação de qualidade, especialmente para as camadas mais vulneráveis da sociedade (BOOG, 2013; FRAZÃO et al., 2007).

Este estudo é relevante para entender as inter-relações entre a EF e a SAN no Brasil, a partir da oferta de subsídios para a criação de políticas públicas mais eficientes. A pesquisa poderá beneficiar não só as famílias de baixa renda, mas também gestores públicos, ao fornecer dados e argumentos que fundamentem a necessidade de políticas voltadas para a EF como ferramenta para promover escolhas alimentares mais saudáveis. Profissionais de saúde e educação também se beneficiarão, dado o potencial transformador de uma abordagem integrada entre EAN e financeira (BOOG, 2013).

Sendo assim, o objetivo deste estudo é investigar como a EF pode contribuir para a melhoria das escolhas alimentares em cenários de IAN.

2. MÉTODOS

Estudo de natureza qualitativa, com a revisão bibliográfica adotada como principal abordagem para a coleta de dados. A escolha desse método baseia-se na necessidade de investigar de forma aprofundada os conhecimentos existentes sobre a interseção entre EF e escolhas alimentares. Essa técnica possibilita a análise crítica de publicações acadêmicas, livros, teses e relatórios de instituições, fornecendo uma compreensão sólida sobre o tema e identificando as contribuições já estabelecidas na literatura científica (GIL, 2008).

Para realizar a revisão bibliográfica, foi adotada uma estratégia de busca em bases de dados acadêmicas, como Scielo, Google Scholar e PubMed, com foco em publicações que discutem a importância da EF para a SAN. Estudos que abordem a EF em ambientes escolares, o impacto econômico na alimentação de famílias de baixa renda e as políticas públicas voltadas para essas áreas serão priorizados. A partir dessa revisão, será possível mapear as lacunas existentes e sugerir intervenções para integrar a EF nas políticas alimentares de forma mais eficaz (LAKATOS; MARCONI, 2003).



Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa qualitativa permite a compreensão de fenômenos complexos em seu contexto natural, sem a necessidade de quantificação numérica. O estudo, ao revisar a literatura existente, buscará consolidar informações relevantes sobre o tema e propor caminhos para que a EF se torne uma ferramenta concreta para melhorar as escolhas alimentares das famílias brasileiras, especialmente nas regiões mais vulneráveis economicamente.

3.IMPACTO DA ALIMENTAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA

A insegurança alimentar e nutricional (IAN) afeta significativamente a saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil, onde a população de baixa renda enfrenta dificuldades para acessar alimentos nutritivos. A IAN está associada ao aumento de problemas de saúde, como obesidade e hipertensão, que sobrecarregam os sistemas de saúde (SANTOS, 2005).

O consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em gorduras, açúcares e carboidratos simples, agrava a IAN. Esses alimentos, mais baratos e acessíveis, são priorizados nas dietas de famílias de baixa renda, contribuindo para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) como diabetes e doenças cardiovasculares (MONTEIRO et al., 2013). A transição nutricional em curso no Brasil resulta na substituição de dietas tradicionais por ultraprocessados, exacerbando a insegurança alimentar em áreas de menor renda (POPKIN, 2014). Fatores econômicos e a falta de acesso a alimentos frescos são obstáculos significativos para uma dieta equilibrada, perpetuando um ciclo de má alimentação que compromete a saúde e a qualidade de vida (MONTEIRO et al., 2013). A urbanização e a globalização têm ampliado a disponibilidade de ultraprocessados, facilitando seu consumo e aumentando as taxas de obesidade (POPKIN, 2014). Além disso, a má alimentação afeta o desenvolvimento infantil. O consumo de ultraprocessados na infância está associado a riscos elevados de doenças crônicas na vida adulta, representando um desafio crescente para os sistemas de saúde (MONTEIRO et al., 2013).

Os custos com saúde pública relacionados a doenças provocadas por má alimentação sobrecarregam os orçamentos, tornando essencial a implementação de políticas de prevenção e educação alimentar (BOOG, 2013). Políticas que promovem uma alimentação



saudável, como a taxação de ultraprocessados e subsídios para alimentos frescos, são fundamentais para combater a IAN (MONTEIRO et al., 2013).

A acessibilidade a alimentos saudáveis deve ser apoiada por incentivos à produção agrícola local. Sem esses incentivos, as populações continuarão dependentes de ultraprocessados, exacerbando a IAN (SANTOS, 2005).

Além dos efeitos físicos, a má alimentação impacta a saúde mental, associando dietas ricas em açúcares a maiores índices de depressão e ansiedade (POPKIN, 2014). Estratégias comunitárias, como hortas urbanas, podem aumentar a oferta de alimentos saudáveis, fortalecer laços sociais e promover a sustentabilidade.

DESAFIOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

A alimentação saudável no Brasil está intimamente ligada à desigualdade socioeconômica, com barreiras significativas para o acesso a alimentos de qualidade, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde os índices de insegurança alimentar e nutricional (IAN) são elevados. Famílias de baixa renda frequentemente dependem de alimentos de baixo valor nutricional, o que contribui para problemas de saúde relacionados à alimentação inadequada (IBGE, 2021).

A infraestrutura deficiente em várias regiões também dificulta o acesso a alimentos frescos. Áreas rurais e periferias urbanas enfrentam desafios de transporte e falta de mercados que oferecem produtos de qualidade, elevando os custos finais e levando essas populações a optarem por alimentos ultraprocessados (FRENCH et al., 2019). O alto custo dos alimentos frescos é uma barreira crítica, tornando opções saudáveis inacessíveis para famílias vulneráveis, que acabam por consumir ultraprocessados como estratégia de sobrevivência. A percepção de que uma alimentação saudável é financeiramente inviável é outro desafio. Muitas vezes, as populações mais pobres veem alimentos saudáveis como inacessíveis, o que influencia suas escolhas alimentares e perpetua hábitos de consumo prejudiciais (BENTO; ESTEVES; FRANÇA, 2015). As políticas públicas precisam abordar a distribuição de renda e a infraestrutura para melhorar o acesso a alimentos saudáveis. Subsídios e incentivos à produção local de frutas e legumes podem tornar esses alimentos mais acessíveis (BENTO; ESTEVES; FRANÇA, 2015). A agricultura local é fundamental



na promoção de uma alimentação saudável, reduzindo a dependência de ultraprocessados e melhorando a qualidade nutricional nas regiões vulneráveis.

Intervenções em infraestrutura, como a melhoria das estradas e redes de transporte, são essenciais para garantir a distribuição de alimentos frescos. Sem essas melhorias, o custo de transporte continuará a ser um obstáculo ao acesso a alimentos de qualidade (IBGE, 2021). A produção e distribuição de alimentos frescos devem ser priorizadas como uma questão de saúde pública, uma vez que a alimentação inadequada prejudica a saúde física e sobrecarrega o sistema de saúde com doenças crônicas (MONTEIRO et al., 2013). Portanto, é crucial que políticas abordem a desigualdade de renda e a infraestrutura para melhorar a qualidade da alimentação e, conseqüentemente, os índices de saúde da população (FRENCH et al., 2019).

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é fundamental para promover hábitos alimentares saudáveis no Brasil. O Marco de Referência de EAN, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, orienta ações de conscientização em escolas e comunidades sobre a importância de uma alimentação equilibrada (SANTOS, 2005).

A EAN não se limita a instruções sobre alimentos, mas busca promover uma reflexão sobre os determinantes das escolhas alimentares, como fatores socioeconômicos e culturais. Essa abordagem crítica ajuda indivíduos a tomarem decisões mais conscientes, especialmente em contextos de insegurança alimentar (IAN) (MICCHETTI; SILVA; SALOMON, 2022).

Integrar a EAN com outras áreas, como saúde e economia, é crucial para sua eficácia. Em regiões de baixa renda, onde as escolhas alimentares são muitas vezes limitadas, a EAN pode capacitar indivíduos a otimizar recursos e fazer escolhas saudáveis mesmo com orçamento restrito (BOOG, 2013).

A EAN também visa empoderar comunidades, promovendo soluções locais para melhorar o acesso a alimentos saudáveis, como a criação de hortas comunitárias, que aumentam a disponibilidade de produtos frescos e reduzem custos (MICCHETTI; SILVA; SALOMON, 2022). Além dos benefícios à saúde física, a EAN pode melhorar a saúde



mental e o bem-estar geral, reduzindo a prevalência de doenças crônicas relacionadas à má alimentação (SANTOS, 2005).

Ao educar sobre os riscos dos alimentos ultraprocessados e os benefícios de dietas baseadas em alimentos frescos, a EAN combate a dependência desses produtos. Além disso, políticas públicas que incentivem a produção e o consumo de alimentos saudáveis são essenciais, incluindo subsídios para a agricultura local (FRAZÃO et al., 2007).

A EAN, integrada a outras iniciativas de saúde, pode ter um impacto transformador nas comunidades, contribuindo para sistemas alimentares mais justos e resilientes, especialmente em áreas afetadas pela IAN (SANTOS, 2005). Redes de cooperação entre produtores e consumidores ajudam a reduzir custos e aumentar a acessibilidade a alimentos saudáveis (BOOG, 2013).

Apesar dos desafios na implementação da EAN em regiões com desigualdade social, políticas bem estruturadas e o envolvimento das comunidades podem superar barreiras. A inclusão da EAN nos currículos escolares é uma estratégia eficaz para que as novas gerações desenvolvam uma compreensão clara sobre alimentação saudável (SANTOS, 2005).

As organizações de saúde desempenham um papel crucial na EAN, através de campanhas de conscientização e integração das práticas de EAN nos serviços de saúde. Isso amplia o alcance, especialmente para populações em risco de IAN (BOOG, 2013). Além disso, a EAN promove a sustentabilidade ambiental ao incentivar práticas agrícolas sustentáveis e o consumo de alimentos locais e sazonais, fundamentais para a segurança alimentar em contextos de mudanças climáticas (FRAZÃO et al., 2007).

Em suma, a EAN é uma ferramenta indispensável para promover uma alimentação saudável e sustentável, capacitando comunidades e incentivando a produção de alimentos nutritivos. Com o apoio de políticas públicas e o engajamento da população, é possível construir um futuro mais saudável e equitativo (BOOG, 2013).

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E AS MELHORIAS NAS ESCOLHAS ALIMENTARES

A Educação Financeira (EF) é crucial para melhorar as escolhas alimentares, especialmente em cenários de Insegurança Alimentar Nutricional (IAN). Quando as



famílias aprendem a gerenciar seus recursos financeiros, podem destinar mais do orçamento à compra de alimentos saudáveis, mesmo em contextos de restrição econômica. A educação financeira nas escolas desenvolve habilidades econômicas nas gerações mais jovens, promovendo saúde e bem-estar (ANDRADE et al., 2021).

Sem conhecimento financeiro, muitas famílias optam por alimentos ultraprocessados, que, embora baratos, prejudicam a saúde a longo prazo. Com a EF, as famílias aprendem a fazer compras conscientes, considerando o custo-benefício dos alimentos em termos de saúde e nutrição, resultando em escolhas alimentares mais adequadas e qualidade de vida melhorada (BECKKER; WITTE; CAMPENHOUT, 2021; CARMAN; ZAMARRO, 2016). O planejamento de refeições é uma prática incentivada pela EF que ajuda a evitar desperdícios e priorizar alimentos frescos e nutritivos. Essa organização reduz desperdício alimentar e melhora a saúde com menores custos (CASONATO et al., 2023). Investir em alimentos de maior valor nutricional reduz doenças crônicas, como diabetes e obesidade, que geram altos custos para os sistemas de saúde. A prevenção, por meio de uma alimentação adequada, pode diminuir esses gastos (ANDRADE et al., 2021).

A EF também promove o consumo consciente, permitindo que as famílias direcionem gastos para alimentos locais e frescos, fortalecendo economias locais e reduzindo a dependência de ultraprocessados (CASONATO et al., 2023). Ao desenvolver essas habilidades, as gerações futuras estarão mais preparadas para enfrentar desafios econômicos que afetam a alimentação, ajudando a romper o ciclo de IAN (ANDRADE et al., 2021).

Além de impactar as famílias, a EF combate o desperdício de alimentos, contribuindo para a sustentabilidade ambiental (CASONATO et al., 2023). Ela também pode incentivar o consumo de produtos frescos de mercados locais, fortalecendo o comércio local e apoiando pequenos agricultores, especialmente em comunidades vulneráveis (CARMAN; ZAMARRO, 2016). Integrar a EF com a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) transforma as escolhas alimentares, melhorando a saúde a longo prazo. Esse conhecimento permite que as famílias façam escolhas informadas e sustentáveis, contribuindo para a qualidade de vida e prevenção de doenças crônicas (ANDRADE et al., 2021). Em resumo, a EF não apenas melhora a economia familiar, mas também promove



hábitos alimentares saudáveis e a sustentabilidade. Ao aprimorar a gestão dos recursos, as famílias podem fazer escolhas que beneficiam sua saúde e o meio ambiente, criando uma sociedade mais consciente e equilibrada (CASONATO et al., 2023).

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A inclusão da Educação Financeira (EF) nas políticas públicas de saúde e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) apresenta desafios, mas também benefícios significativos. A elevação do poder de compra das famílias de baixa renda, sem o suporte de uma EF adequada, pode não ser suficiente para promover escolhas alimentares saudáveis. Sem o conhecimento necessário, essas famílias podem continuar a adotar hábitos alimentares prejudiciais, mesmo com mais recursos financeiros (FRAZÃO et al., 2007). Incentivo ao Consumo de Alimentos Saudáveis: Criar subsídios ou reduzir impostos sobre alimentos nutritivos, como frutas e vegetais, para facilitar o acesso a esses produtos para as populações de menor renda. Isso pode combater a IAN e melhorar as condições de saúde da população (FRAZÃO et al., 2007). Apoiar a agricultura familiar através de subsídios e programas de fomento, aumentando a oferta de alimentos frescos e acessíveis, especialmente em áreas com alta prevalência de IAN. Essa abordagem fortalece as economias locais (LEITE; LEITE, 2022). Implementar estratégias de monitoramento para assegurar que as iniciativas de segurança alimentar atinjam seus objetivos, focando não apenas na quantidade, mas também na qualidade nutricional dos alimentos disponíveis (FRAZÃO et al., 2007). Promover programas que ensinem às famílias como gerenciar seu orçamento doméstico para evitar desperdícios e otimizar a compra de alimentos saudáveis. Isso melhora a alimentação e reduz o desperdício, um problema comum nas sociedades (LEITE; LEITE, 2022). O governo deve oferecer suporte técnico às comunidades para a implementação das iniciativas, garantindo que a população tenha acesso e saiba utilizar esses recursos para melhorar a alimentação e bem-estar. A comunicação dessas políticas deve ser clara e contar com a participação das lideranças locais (LEITE; LEITE, 2022).



Garantir que as políticas de EF e SAN sejam sustentáveis e duradouras. Soluções temporárias podem ser insuficientes; mudanças efetivas exigem intervenções contínuas e consistentes (FRAZÃO et al., 2007).

4. CONCLUSÃO

Famílias que possuem maior conhecimento sobre o gerenciamento de seus recursos financeiros tendem a fazer escolhas alimentares mais adequadas, optando por alimentos mais nutritivos, mesmo em contextos de restrição orçamentária. Esse impacto positivo se reflete diretamente na melhoria da saúde e na prevenção de doenças associadas à má alimentação, como diabetes e hipertensão. Famílias que planejam melhor suas finanças conseguem equilibrar melhor o orçamento, destinando parte dos recursos para a compra de alimentos mais saudáveis. As políticas públicas que incentivam a EF e a SAN podem colaborar para a redução da IAN sobretudo em populações mais vulneráveis.

As políticas públicas voltadas para a EF e a SAN ainda são insuficientes em algumas regiões do Brasil. Apesar de existirem iniciativas que buscam integrar essas duas áreas, o impacto efetivo na vida das famílias ainda é limitado. Portanto, um dos desafios futuros será desenvolver políticas mais amplas e integradas, que considerem as especificidades regionais e econômicas, além de proporcionar um acompanhamento contínuo dessas políticas para garantir que elas atinjam seu pleno potencial.

A integração entre programas de EAN e EF em comunidades vulneráveis foi considerada uma estratégia eficaz. Esses programas, ao conscientizarem as famílias sobre a importância de uma boa gestão financeira e suas implicações para a saúde, demonstraram ser capazes de transformar hábitos alimentares e contribuir para a melhoria da SAN. O desafio, contudo, reside em garantir que essas iniciativas alcancem as regiões mais carentes, onde a IAN é mais prevalente.

Mais pesquisas são necessárias para avaliar de forma quantitativa o impacto da EF nas escolhas alimentares em diferentes contextos socioeconômicos e culturais. Investigações futuras podem focar em diferentes faixas etárias e regiões, para avaliar se os resultados observados são consistentes em todo o país ou se há variações significativas.



Com o aumento do uso de smartphones e internet, especialmente em regiões mais remotas, surge a oportunidade de utilizar esses recursos como ferramentas para promover o conhecimento sobre finanças e alimentação saudável de forma acessível e ampla.

A EF tem grande potencial para contribuir na melhoria das escolhas alimentares e na promoção da SAN. No entanto, para que seu impacto seja maximizado, é necessário que as políticas públicas sejam fortalecidas e que haja uma integração mais efetiva entre os setores da saúde, educação e economia. A continuidade desse debate e a ampliação das pesquisas sobre o tema são fundamentais para promover um futuro em que todas as famílias, independentemente de sua renda, possam ter acesso a uma alimentação de qualidade.

A contribuição deste estudo está em reforçar a importância de um olhar multidisciplinar sobre a questão da SAN, entendendo que não basta aumentar o acesso a alimentos saudáveis sem antes capacitar as famílias para que elas possam gerenciar adequadamente seus recursos financeiros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Flávio Gonçalves de; CARNEIRO, Raylson dos Santos; CARNEIRO, Rogério dos Santos; SILVA, Kattia Ferreira da. EF no ensino fundamental: uma revisão bibliográfica e proposta de ensino. *Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, v. 12, n. 2, 2021.

BECKKER, Kenneth; WITTE, Kristof; CAMPENHOUT, Geert. The effect of financial education on students' consumer choices: Evidence from a randomized experiment. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 188, 2021.

BENTO, Isabel Cristina; ESTEVES, Juliana Maria de Melo; FRANÇA, Thaís Elias. Alimentação saudável e dificuldades para torná-la uma realidade: percepções de pais/responsáveis por pré-escolares de uma creche em Belo Horizonte/MG, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 8, ago. 2015.



BOOG, Maria Cristina França. Educação em nutrição: integrando experiências. Campinas: Komedi, 2013.

CARMAN, Karen Grace; ZAMARRO, Gema. Does Financial Literacy Contribute to Food Security? *International Journal of Food and Agricultural Economics*, v. 4, n. 1, p. 1-19, 2016.

CASONATO, Cecilia; GARCÍA-HERRERO, Laura; CALDEIRA, Carla; SALA, Serenella. What a waste! Evidence of consumer food waste prevention and its effectiveness. *Sustainable Production and Consumption*, v. 41, p. 305-319, 2023.

FRAZÃO, Elizabeth; ANDREWS, Margaret S.; SMALLWOOD, David; PRELL, Mark A. Food spending patterns of low-income households: will increasing purchasing power result in healthier food choices? (economic information bulletin number 29-4). Washington, DC:

U.S. Department of Agriculture, Economic Research Service, 2007. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/bitstream/59430/2/eib29-4.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

FRENCH, Simone A.; TANGNEY, Catherine C.; CRANE, Melissa M.; et al. Nutrition quality of food purchases varies by household income: the SHoPPER study. *BMC Public Health*, v. 19, n. 231, 2019.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.



LEITE, Maria Laís dos Santos; LEITE, Jáder Ferreira. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 3, set./dez. 2022. DOI: 10.1590/1982-0259.2022.e86341.

MICCHETTI, Ana Karolina Correia; SILVA, Maria Carolina Silveira da; SALOMON, Ana Lúcia Ribeiro. Influência das relações sociais e midiáticas na formação dos hábitos alimentares do pré-escolar. *e-Acadêmica*, v. 3, n. 3, dez. 2022.

MONTEIRO, Carlos Augusto; MOUBARAC, Jean-Claude; CANNON, Geoffrey; NG, Shu Wen; POPKIN, Barry M. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. *Obesity Reviews*, v. 14, n. S2, p. 21-28, nov. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Obesity and overweight. WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>. Acesso em: 4 set. 2024.

POPKIN, Barry M. Global nutrition dynamics: the world is shifting rapidly toward a diet linked with noncommunicable diseases. *The American Journal of Clinical Nutrition*, v. 84, n. 2, p. 289-298, 2014.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Revista de Nutrição*, v. 18, n. 5, out. 2005.

SREEDHARA, Mallory; GOINS, Kimberly V.; FRISARD, Carolyn; ROSAL, Milagros C.; LEMON, Stephen C. Healthy Eating Policy Strategies in Community Health Improvement Plans: A Cross-Sectional Survey of US Local Health Departments. *Journal of Public Health Management and Practice*, v. 27, n. 2, p. 125-134, mar./abr. 2021.



Crislaine Tavares Saraiva¹

Graduanda em Nutrição pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

E-mail: crislaine.tav@gmail.com

Raquel Fernanda Pardo¹

Graduanda em Nutrição pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

E-mail: raquelfernandapardo@gmail.com

Michelly Silva Lopes Rocha¹

Graduanda em Nutrição pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

E-mail: mychellyroochaa@gmail.com

Jessica Lima de Melo¹

Graduanda em Nutrição pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

E-mail: contato.jessicalimam@outlook.com

Dercília Gomes Ferreira¹

Graduanda em Nutrição pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

E-mail: derciliagomesnutri@hotmail.com

Simone dos Anjos Caivano²

Nutricionista pelo Centro Universitário São Camilo. Mestre e doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências da Saúde (UNIFESP - Campus Baixada Santista). Pós-graduação lato sensu em Educação a distância e em Formação pedagógica: tecnologias para a gestão de aprendizagem on-line. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em dietética e desenvolvimento e validação de indicadores de qualidade da dieta. Atualmente é professora dos Cursos de Nutrição e Gastronomia na Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

E-mail: simone.caivano@unimes.br